A CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL

Maria Gabriella Florencio Ferreira[1]
Claudia Maria Costa Gomes[2]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o capitalismo e sua crise de caráter estrutural, enquanto processo intrínseco deste sistema. Compreender o movimento travado pelo capital, de retomada da ascensão e expansão, entendendo como as respostas buscadas para a saída das crises, são direcionadas e moldadas visando apenas o horizonte que permeia os anseios do regime capitalista. A vista disso, analisar, ainda, as transformações sociais ocorridas a partir dos redirecionamentos no âmbito da vida social, e como os vários aspectos resultantes desse processo ocasionaram e ocasiona, para a parcela maior da sociedade, a classe trabalhadora, impactos destrutivos.

Palavras-chave: Capitalismo; Crise Estrutural; Transformações Socais

ABSTRACT

This article aims to analyze capitalism and its structural crisis, as an intrinsic process of this system. Understand the movement stopped by the capital of resumption of the rise and expansion, understanding how the answers sought for the exit of the crises, are directed and shaped aiming only at the horizon that permeates the yearnings of the capitalist regime. In view of this, further analyze the social transformations that occurred from the redirections in the sphere of social life, and how the various aspects resulting from this process have caused and cause, for the greater part of society, the working class, destructive impacts.

Keywords: Capitalism; Structural Crisis; Social Transformations

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Número ORCID: 0000-0002-1978-4963; E-mail: gabriellamgff94@gmail.com.

[2] Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba; Orientadora; claudiagomes59@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Pensar no desenvolvimento do capitalismo é analisá-lo dentro dos contextos históricos e sociais, entendendo a relação contraditória própria do sistema do capital, dentro do percurso estrutural. Nesse sentido, a historicidade carrega os reordenamentos das crises do capital, a partir de extensivos fatos que são evidenciados anos após anos, os quais deliberam que, processos de crises são inerentes ao sistema capitalista.

Com os ordenamentos das crises, ocorrem articulações para voltar-se à perspectiva ascendente do capital, e para este feito, reorganiza e maximiza os modos e meios exploratórios da classe trabalhadora, seja usurpando sua força física e/ou retirando progressivamente os seus direitos socais – efetivados a partir da luta e da resistência coletiva – através da penetração e expansão, não só no campo econômico, mas também no âmbito político, social e cultural.

Compreender as crises do capital, levando em consideração os processos históricos, é debruçar-se no sistema capitalista e como este consegue reordenar os processos que lhe traz para o topo, ou seja, para retornar ao regime de acumulação que resulte sempre no seu fim exclusivo, que é a progressiva obtenção da taxa de lucro, até mesmo desconsiderando as condições humanas da força de trabalho.

A vista disso, o presente trabalho busca analisar a crise estrutural, bem como as buscas do sistema do capital de saída desse contexto, e o que decorre desse processo, os seus impactos e as mudanças ocasionadas, principalmente no âmbito da vida da classe trabalhadora.

Visa, ainda, contribuir através de uma abordagem científica, para a compreensão desse encadeamento e repercussões do decurso das crises do capital, entendendo que há a necessidade em se apropriar sobre o desenvolvimento e consequências, e assim contribuir para apreensão desse processo, enquanto um infortúnio na vida social.

Para a abrangência da proposta aqui apresentada, torna-se imperativo a realização de uma pesquisa bibliográfica, inclinando-se sobre o estudo do capital e suas

crises, a partir do direcionamento de análise crítica, compreendendo, nessa perspectiva, a totalidade da realidade social.

Nesse sentido, perpassa-se sobre o sistema capitalista, entendendo este na lógica contraditória, e nos elementos que norteiam sua ascensão desenfreada. Analisando, ainda, o que leva o capital a ser acometido, progressivamente, por crises que se conformam agora de maneira mais extensa e destrutiva, que exige cada vez mais, resultados imediatos para sair do contexto recessivo

Assim, constata-se a profundidade e da dimensão que a temática da crise do capital engloba e, nesse sentido, destaca-se a limitação do assunto, dando ênfase a uma análise mais estrutural, sem perder de vista aspectos essenciais do movimento do sistema do capital e seus reordenamentos, enquanto uma relação social.

2. O DESENVOLVIMENTO COMPLEXIFICADOR DO CAPITAL NA VIDA SOCIAL A PARTIR DA CRISE ESTRUTURAL

O sistema do capital se desenvolveu e continua sua expansão sustentado pela lógica da dominação e exploração do trabalho, vivendo em constante transformações, mas não abandonando as velhas formas de manter sua ascensão, pelo contrário, ocorrem adaptações de novas condições e novos procedimentos ao modo de produção, e ao processo de trabalho, não abandonando antigas formas de explorar o trabalho, e de obter lucros.

O capital se reveste com novos contornos sociais, agora perante formas judiciais e contratuais, como afirma Jorge Grespan (2014), não deixando explícito, ao contrário, aliena o trabalhador, perante a mercadoria por ele criada, de que é o único criador de riqueza, em que o capitalista, proprietário da força de trabalho, tão logo se apropria do mais-valor, ou seja, do trabalho excedente, não pago.

Nas análises da sociedade capitalista, entendida a partir da produção e reprodução dos meios de vida, seja no âmbito público ou privado, sinaliza-se a emersão,

com esse regime, da sociedade de classes – compreendidas como essenciais para o capital – os donos dos meios de produção, ou seja, os capitalistas, e os que vendem a força de trabalho como mercadoria, sendo estes os trabalhadores. A vista disso, Marx sinaliza, ao analisar as contradições presente na reprodução do capital que,

> [...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX. 2001 p. 275).

Na conformação das classes elementares do regime do capital, os conflitos são constantes e se modificam à medida que o capital vai se desenvolvendo, e esse processo fica evidente quando nos reportamos para as fases do capitalismo, perpassadas desde o molde mercantil até seu estágio contemporâneo.

A propensão a partir das transformações ocorridas na produção, é o aumento da exploração da classe trabalhadora, fazendo ocorrer o acirramento dos paradoxos inerentes ao sistema, além do direcionamento do Estado, em que suas ações se voltam para a administração e manutenção da exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Enquanto um processo civilizatório e contraditório, o capitalismo contemporâneo possui característica destrutiva, incontrolável, expansionista e globalizada[3], e revela uma crescente tendência de crise estrutural. Nesse sentido Mészáros afirma que,

> O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos "valores de uso" não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis — o imperativo fetichizado do "valor de troca" quantificável e sempre expansível (2000, p.8).

[3] De acordo com Mészáros (2000, p.13) "Atualmente, vemos ser oferecida a varinha mágica da *globalização* como uma solução automática para todos os problemas e contradições enfrentados. Esta solução é apresentada como uma novidade completa, como se a questão da globalização aparecesse no horizonte histórico somente há uma ou duas décadas com sua promessa de bondade universal, ao lado da outrora igualmente saudada e reverenciada noção da "mão invisível". Mas, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à "globalização" desde seu início".

Nesse sentindo, compreende-se que o capital se utiliza de uma imagem humanizada, como mais uma forma de expansão e aceitação de sua ordem, mas o que de fato se coloca é o caráter desumanizador em suas entranhas, pois "o capital é absolutamente incapaz de considerações humanas" (MÈSZÀROS, 2006, p.40).

Quando se argumenta que o capital não abandona velhas formas de exploração para sua ascensão, exemplificasse pelo fato do trabalho infantil no mundo, de acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[4], em 2016 constatava-se que 152 milhões de crianças, entre 05 e 17 anos eram vítimas de trabalho infantil.

A vista disso, as expressões da questão social são agudizadas, tendo em vista que está ligada ao desenvolvimento e complexificação do sistema do capital, e neste caso, conforme sinaliza Iamamoto (2001) a expansão desse sistema é concomitante com a ampliação da pobreza, ou seja, o aprofundamento das expressões da questão social, que de acordo com a autora supracitada, emerge da contradição do capital *versus* o trabalho. Nesse sentindo,

> A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p,17, grifo da autora).

Como elemento imbricado ao capital, as expressões da questão social, nessa lógica, são naturalizadas, e é uma das maneiras que o capital encontra de se eximir da (in)responsabilidade, e culpabilizar o indivíduo pela total situação de vulnerabilidade social que se encontra, além de se apropriar do Estado, para que este intervenha diante das agitações que resultam dessa condição.

Dessa forma, entendendo a dinâmica do capital enquanto contraditória, entre suas classes indispensáveis, do movimento do Estado enquanto mantenedor dos seus anseios e, ainda, o avanço e processos acelerados de acumulação, resulta-se deste desenvolvimento, diversificadas consequências. Nessa compreensão, a contradição do capitalismo vai sempre condicionar às crises, regulares e próprias do sistema, quando a

[4] Organização Internacional do Trabalho (OIT), Estimativas Globais do Trabalho Infantil: resultados e tendências, 2012-2016. Disponível inglês na internet: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_575499.pdf.

acumulação é restringida, podendo se manifestar de diversas maneiras, afetando o conjunto da ordem do capital.

As conjunturas das crises vão proporcionar desenfreados níveis de desigualdade, maior índice de violência – principalmente contra às mulheres – e dentre outros elementos que se colocam neste contexto. Há limitações severas no desenvolvimento social e econômico da classe trabalhadora, ocorrendo um esvaziamento do compromisso com estes, transformando o que já era em condições precárias de sobrevivência, nas assombrosas formas de desumanização, em todas as esferas da vida.

Destaca-se, nesse sentido, as mudanças ocorridas no século XX, no cenário vivenciado a partir dos anos 70, marcado por uma transformação global, de recessão, por uma crise que não se enquadrava mais em uma perspectiva de surpeprodução – período que não havia concretização pretendida do capital, pelo débil consumo das mercadorias, sendo a acumulação prejudicada – mas sim de uma crise estrutural do capital, do modelo de acumulação taylorista/fordista, que se perpetua até os dias atuais.

> [...] esta crise se apresenta por uma situação de superacumulação do capital, se tornando manifesta em meados dos anos 70 com o aumento dos preços do petróleo bruto no mercado internacional e se materializando nos anos 80, através da expansão do mercado financeiro e das altas taxas de juros, requerendo do grande capital, medidas de ajustes com vistas à reestruturação da economia mundial (GOMES, 2007, p. 101).

Emerge, a partir da eclosão dos anos de 1970, um continuum *depressivo* como enfatizou Mészáros (2011, p. 10, grifo do autor), um contexto totalmente diferente do experienciado nos anos 50, em que se findou um padrão de crescimento, que perdurou por quase 30 anos – os três decênios de uma era gloriosa do capitalismo monopolista – firmou, com ondas expansivas, o acordo por meio do Welfare State, que conforme Oliveira (2015) é a “representação organizada dos interesses”. Pela falência deste movimento de mediação, bem como de direcionamento para as relações do capital e da sociedade, deu-se a crise no final dos anos 70.

A crise contemporânea do capital provocou transformações societárias que redefiniram os regimes de produção e reprodução social, ou seja, de cunho estrutural que afetou todo capital global, imbuída de pluricausalidades, tendo efeitos mais danosos,

mas que vai se revelando de maneira diferente em cada país. Desse modo, “vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes [...] crise estrutural, profunda do próprio *sistema do capital* [...] essa crise afeta o conjunto da humanidade” (MÉSZÁROS, 1998, p.7).

A medida que o capitalismo vai se complexificando, as crises – apesar de não significarem a ruína do sistema, e sim sua reinvenção, em sua constância – vão se tornando mais graves e as relações sociais, no decorrer das mudanças provocadas por esses processos, são afetadas. Nos anos de 1970 vivenciou-se uma crise de caráter estrutural que se prolonga até dos dias de hoje, uma crise do padrão de acumulação fordista e do estado de bem-estar social.

Nesse sentido, o capital travou uma busca constante de pensar maneiras para sair da condição de estagnação, de queda da taxa de lucro, e que reordenasse o modo de produção, e fizesse com que seu desenvolvimento e expansão voltasse a acontecer, e assim começou a pensar uma nova maneira de dominação. Junto ao Estado, encontraram formas de suprimir o aspecto rígido do fordismo. Neste horizonte, passou-se para a forma flexível do capital, pautado em um novo modo de comércio, de implementação de tecnologia, e novos espaços de crescimento para o capital, preconizando um processo de flexibilização na ordem do trabalho, bem como a proteção deste.

Nessa perspectiva, as respostas para enfrentar o contexto que se aprofundava, foram traçados através do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e na mundialização do capital que adensa a concentração e centralização de riquezas, de poder econômico e político, que transformaram largamente a cena mundial, nas esferas econômica, política, social e cultural. Nessa rota de soluções propostas, ocorre ainda, a destruição das forças produtivas.

Os direcionamentos decorrentes das respostas encontradas pelo capital monopólico de caráter financeiro, para a saída da crise de dimensão global, foram pautados em uma progressão da intensificação das formas de exploração, onde os campos dos direitos sociais também foram severamente impactados, os quais vão progressivamente tornando-se mercadoria. Nesse horizonte não havia uma perspectiva de cidadão de direito, mas de um mero consumidor. Compreende-se que,

> Os resultados são alarmantes em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo (ANTUNES; DRUCK, 2013 , p. 216).

O neoliberalismo, fundamentado em um conjunto ideológico conservador, respondeu às exigências imediatas de restauração do capitalismo, que implicaram em redefinições no tocantes ao Estado – este devendo ser mínimo para os interesses dos trabalhadores – ao trabalho e as relações político-econômicas, estes subordinados as vontades sem limites do sistema.

Nessa perspectiva, há a predominância do direcionamento privatizante no âmbito público, além do processo de produção e reprodução do capital de se expandirem de maneira flexibilizada, ou seja, maior desregulamentação no comércio e no âmbito financeiro. Assim,

> O capital financeiro, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica de incessante crescimento, de mercantilização universal. Ele aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam (IAMAMOTO, 2007, p. 123).

A reestruturação produtiva, na perspectiva da mundialização do capital, também resultante da procura incessante do capital de voltar a gozar das taxas crescentes de lucros, possui base produtiva através da acumulação flexível, e conforma-se com altas e novas tecnologias e modelo organizativo, que em outros termos significa a reorganização no mundo do trabalho, com a microeletrônica, robótica e informática, nessa lógica ocorre investimentos no trabalho morto, provocando a redução dos postos de trabalho, rejeitando mão de obra, ou seja, trabalho vivo. Nesse sentido, demandando-se mais máquinas, instrumentos e instalações.

Foi, e é exigido cada vez mais do trabalhador, mesmo estes não dispondo da cobertura necessária, no que diz respeitos aos direitos, visto que o capital à medida que se complexifica e busca, de maneira gradativa, a expansão sem parâmetros, vai salopando toda e qualquer proteção ao trabalho. Assim, “as contradições técnicas do próprio processo de produção, maquinaria, meios de transporte etc., possibilitam em

maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção adicionais" (MARX, 2001, p. 263).

As transformações ocorridas em todos os âmbitos da vida social, a partir das dimensões desastrosas da crise do século XX do capital, bem como os seus impactos, condicionaram graves desdobramentos no cenário mundial, à medida que toda a ordem de transformação societária, da crise contemporânea, está de acordo com as predileções da classe dominante. Nesse sentido, pode-se sinalizar a agudização desse processo, nos marcos da crise que eclode em 2008.

> Se no século XX presenciamos a vigência da *era da degradação do trabalho*, nas últimas décadas do século XX e início do XXI estamos defronte a novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a *terceirização* tem sido um de seus elementos mais decisivos (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 218- 219).

Inicia-se, ainda nos fins de ano de 2006, se alastrando em 2007 e se consolidando em 2008, a crise do sistema financeiro, imobiliário e bancário, que foi acompanhada por outros indicadores, a exemplo da crise das Bolsas de Nova York, conformando-se como a contemporânea crise global.

A crise atual do capital, experimenta diferentes processos que já tinham ocorrido na crise do século XX, mas que ocorre uma intensificação nas ordens da terceirização, precarização, ou seja, maior exploração, degradação e desumanização com a força de trabalho, trazendo efeitos brutais para toda a humanidade. Assim, os períodos perpassados pelo capital, agora vislumbram processos cada vez mais gradativos de crises, que de acordo com Mészáros (2011), estas vão se configurando enquanto "crises endêmicas, cumulativas, crônicas e permanente".

As crises, por sua vez, trazem consequências distintas, pois quando se trata da ordem do capital, expressa à decadência, o fracionamento de uma parte da concentração de riquezas. E o que se configura neste cenário para aos trabalhadores, é o rebaixamento dos salários, maior exploração da força de trabalho, perda de direitos, aumento do desemprego – Mészáros (2006, p.30) destaca que "[...] alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico no qual o desemprego é uma característica dominante do sistema do capital como um todo" – e da desigualdade social, além de outros diversos fatores que rebatem na vida da classe trabalhadora.

Como um processo, agora permanente no contexto do capital, nos cenários de crises, buscam-se resoluções que resgate sua hegemonia, e nesse momento não seria diferente. Na órbita da vez, houveram os monopólios dos bancos, em que o de maiores dimensões financeiras compraram os de pequeno porte, em uma tentativa sequencial para o capital salvar a si próprio, além de que cenário político se vivenciava um direcionamento do dinheiro público para salvamento dos bancos.

Na mesma lógica, os contornos assumidos pelo Estado, este seguindo a lógica neoliberal, vão prosseguir e aprofundar uma congruência de intervenção quanto menor possível. Nesta perspectiva, os trabalhadores vão se encontrar cada vez menos protegidos, em que o Estado assume centralidade para agir como regulador, e ainda para revir a economia. Apesar desse reordenamento do aparato estatal, no campo da intervenção, ainda se conforma como um ambiente de luta competitiva, o que vem sujeitando o Estado a propiciar regulação social, utilizando-se para este feito, novos e velhos recursos.

Os impactos no âmbito do Estado, agora minimizado e em uma perspectiva desresponsabilizante perante os problemas sociais, reflete de maneira significativa na classe trabalhadora, aprofundando os infortúnios de viver em uma sociedade capitalista. Expressa-se, de maneira exponencial a precarização dos serviços públicos, os quais vão tornando-se, progressivamente, mais focalizados, fazendo com que as lógicas dos serviços enquanto mercadoria, se sobressaia, com um discurso de degradação a tudo que é público.

A flexibilização nesse decurso, que conforme Gomes (2007, p. 102) ocorre a busca por “ [...] novos padrões de gestão da força de trabalho e novas formas de adequação de meios propulsores da produção”, proporciona uma maior precarização do trabalho e, neste sentido, ainda na busca de estabilização, o capital condiciona o mundo do trabalho ao um processo de terceirização progressiva, o que representa maior fragilização na proteção dos trabalhadores, com o aumento, desde a crise dos anos 70, da exploração da força de trabalho. Assim, mais uma vez, o capital encontra dispositivos para o seu controle, no que concerne ao seu fim último que é a obtenção de lucro, bem como vias para controlar a classe trabalhadora, estes cada vez menos organizados.

A desigualdade social, a pobreza, não são fatos novos na ordem do capital, mas na órbita das crises, estas tendências estruturais – de acordo com Mészáro (2011) assim é porque não pode ser solucionada "[...] nem mesmo com os muitos trilhões de operações de resgate dos Estados capitalistas" – são exacerbadas. As características tomadas por esses fenômenos serão diferentes de acordo com desenvolvimento do capital nos países, levando em consideração, também, os seus aspectos sociohistóricos. A questão social, nesse sentido, evidencia novas expressões a partir das transformações societárias nas condições capitalista, e compreendê-las é debruçar-se diante da realidade social.

Nessas novas e obrigatórias circunstâncias postas pelo capital, percebe-se que o mundo organizado conforme sua lógica, perpassa por condições degradantes, em que ocorre uma descaracterização de vida cidadã, da destruição dos bens naturais, além do já muito tratado aqui, na tentativa de destruição da classe trabalhadora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões realizadas, expressam que as inoperantes investidas do capital de saídas da crise, não obtiveram êxito no tocante a estabilidade tão almejada pelo capital, apesar de assegurar seu destrutivo desenvolvimento e expansão. Mas o que se coloca para a classe mais empobrecida, para os trabalhadores, são desafios cada vez maiores e desumanos. Nesse processo, as dimensões tomadas pelo capital se fundamentaram em incisivas ofensivas na classe trabalhadora, sobretudo no que concerne destituição dos direitos – estes conquistados através de luta e resistência, por melhores condições de vida – propiciando uma gradativa ordem de pobreza absoluta e relativa na sociedade.

Os resultados catastróficos são mundiais, quando se trata de crises estruturais, ainda fazem emergir, por consequência, componentes diversos, que fortalecem os impactos negativos no corpo social, a exemplo da crise sanitária que acomete todo o globo, em que deixou evidente, globalmente, o afunilamento e as alarmantes desigualdades em escala mundial.

Ao passo que o capital avança, ocorre a sujeição e o solapamento, não só do âmbito econômico, mas vale destacar o setor político que ordenado pelo capital, é condicionado a respirar os ordenamentos desse regime. Os direcionamentos não só de uma perspectiva micro, mas também macro, são instruídos para sustentar, viabilizar e obter progressiva expansão do capitalismo, e sua busca por lucros.

Na esfera cultural ocorre a destruição e apropriação dos patrimônios, como também das identidades culturais, da construção histórica que é descaracterizada, mas ao mesmo tempo apropriada pelo sistema capitalista, como maneira de continuar e ampliar sua dominação. O apoderamento, muitas vezes violento, é mais uma das formas de ataque a classe trabalhadora, a qual se encontra destituída até do mais básico.

Compreende-se que a dialética é o caminho para entender o capital, o que é perceptível, no decorrer das transformações sociais causadas pela sociedade do capital, que seu objetivo é à busca de lucro, obtido através da exploração do trabalho. Em consonância com os autores, nas várias formas que o capital assume, este impõe maneiras de ser e existir na sociedade, em que o trabalhador é dominado pelo capital, e assim controlado por ele, em todo seu processo. Os elementos que compõe capitalismo são fundamentais para seu desenvolvimento, e vai tomando contornos diferentes de acordo com o seu avanço.

Em contrapartida, há que se compreender que esse cenário aponta, também, para o acirramento das contradições no interior das classes, que se conforma em um lugar de lutas, na busca pela transformação da ordem vigente, do caos instalado fundamentado na exploração. Nesse sentido, se coloca como imperativo a construção coletiva e organizada da classe trabalhadora, apesar dos constantes ataques, tendo em vista que o momento de vulnerabilidade do capital são as crises, ficando propício para o processo organizativo.

Os interesses sociais contraditórios são norteados por projetos com perspectivas distintas, que travada as lutas pelo poder, pode possibilitar a ultrapassagem da ordem vigente. Dessa maneira, se faz indispensável que a classe trabalhadora organizada, não só vislumbre, mas que estejam engajados e articulados na luta pela transformação societária, contra a ordem opressora do capital, ansiando por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, a busca por respostas para ultrapassar, superar o regime do capital, deve está direcionada, a partir das forças sociais da classe trabalhadora, em uma perspectiva radical, onde ocorrerá a ruptura total com as estruturas do capitalismo impregnadas. Nesse sentido, é fundamental que ocorra uma mudança na sociedade. “A reconstituição radical do movimento socialista é uma parte vitalmente importante desde processo” (Mészáros, 2006, p. 37).

Há que se pautar, ainda, um elemento fundamental na luta contra-hegemônica, que seja rever o conceito e a importância do movimento da práxis, a qual fundamenta a ação coletiva e organizada, componentes indispensáveis que devem guiar a luta anti-capitalista, anti-racista e anti-patriarcal.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Introdução:** a substância da crise. In: **A Crise estrutural do Capital**. István Mészáros. 2.ed. ver. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9-16.

_____; DRUCK, Graça. **A Terceirização como regra?** Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55995/011_antunes_druck.pdf?se.

GOMES, Cláudia Maria Costa. **Crise do Capital, Neoliberalismo e a Luta Pelos Direitos no Brasil.** In: A Centralidade do Direito na Cultura Política Contemporânea: Tendências Presentes no Serviço Social. Recife-PE, 2007, p. 98-158.

GRESPAN, Jorge. **A crítica da economia política em Marx.** In: Curso Livre: Marx e os marxismos. TV/Boitempo/vídeo-aula, 2014. Disponível em: https://youtu.be/5Xp3UFM3nPc.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. **Revista Temporalis:** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasilía: ABEPSS, Grafline, n. 3., ano2, 2001, p. 9-32.

_____. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil.** 12ª Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social. Paraná, 2007.

MARX. Karl. **A lei geral da acumulação capitalista.** O Capital vol.I, Livro II, XXIII cap. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MÉSZÁROS, István. MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do Capital**. In: Revista Outubro, nº 4, 2000.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. (org.) Ricardo Antunes. São Paulo, Boitempo, 2006, pp. 27-44.

OLIVEIRA, Ricardo Véras de. **Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão.** 2015**.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792015000300545&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20/09/2020.